

CONFIRA RETROSPECTIVA DAS SETE DÉCADAS DA AJURIS

JORNAL DA AJURIS

ANO 17 NÚMERO 280 AGOSTO DE 2014 A DEZEMBRO 2014



MAGISTRATURA DEBATE A REGULAÇÃO DA MÍDIA

**Tema marca celebração dos
70 anos em diálogo aberto com
a sociedade para consolidação
da democracia.**

ARTIGOS:

MAGISTRADOS DESTACAM TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO

INSTITUCIONAL

Uma trajetória de compromisso com a Magistratura e a Sociedade

Em 2014, a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul – AJURIS completou setenta anos de existência. Foi um ano de comemoração, mas também de reafirmação de compromissos que sempre nortearam a sua trajetória: apoio e defesa da Magistratura e interlocução ativa com o meio social.

A opção editorial para esta edição do Jornal foi contar um pouco da história da Associação, sem deixar de propor a discussão de tema atual para reflexão da sociedade.

A trajetória da entidade é o reflexo da coragem e da qualificação dos magistrados gaúchos. Em 1944, época em que os meios de comunicação, o transporte e as condições de trabalho eram precários e a relação com a cúpula do Poder Judiciário era reverencial, os juizes perceberam a necessidade de se organizarem de forma coletiva. Inicialmente, a ideia foi possibilitar o mútuo apoio entre os magistrados, bem como incentivar uma maior integração no convívio entre os colegas.

A inquietude, o interesse no aprimoramento da prestação da jurisdição e a prática do debate franco entre os magistrados, em um curto espaço de tempo, fizeram com que o propósito inicial da organização, de caráter mais corporativo, ganhasse uma dimensão externa e de participação na sociedade.

Um pouco dessa trajetória de lutas, de contribuição e de afirmação da Magistratura rio-grandense, que ultrapassa as fronteiras do Estado, é o que trazemos para divulgação nesta edição comemorativa.

Mantendo a tradição de participar dos grandes debates que interessam a toda a sociedade, estamos propondo uma reflexão sobre a regulação da mídia que é decorrente de concessão estatal, com olhos postos na garantia da plena e democrática liberdade de expressão.

Trazemos dados sobre o controle dos meios de comunicação concedidos no Brasil, exemplos do que vem sendo feito em vários países e um exame mais acurado da aplicação prática da Lei de Meios instituída em 2009, na vizinha Argentina.

Não estamos defendendo ou apresentando uma proposta pronta de regulação para o nosso país. Queremos fomentar o debate e colaborar para que descubramos o nosso próprio caminho. Tudo isso baseado na convicção de que regular a mídia por meio de uma legislação não é censurar e nem impor controle de conteúdo. A regulação é modo de garantir a democratização do acesso aos meios de comunicação, permitindo àqueles que estão excluídos do direito de manifestação a oportunidade de serem ouvidos. É, em última essência, a nosso ver, a maneira de garantir a plena liberdade de expressão para todos.

A discussão está posta. Boa leitura!



Eugênio Couto Terra
PRESIDENTE DA AJURIS



EXPEDIENTE

ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES
DO RIO GRANDE DO SUL**Presidente:**

Eugênio Couto Terra

Vice-presidente Administrativo:

Gilberto Schäfer

Vice-Presidente de Patrimônio e Finanças:

Jocelaine Teixeira

Vice-Presidente Cultural:

Jane Maria Köhler Vidal

Vice-Presidente Social:

Geneci Ribeiro de Campos

Jornal da AJURIS**Diretora de Comunicação:**

Rute dos Santos Rossato

Conselho de Comunicação:

Luís Antônio Saud Teles, Elisabete Maria Kirschke, Camila Luce Madeira, Fernando Vieira dos Santos e Adriane de Mattos Figueiredo.

Jornalista-chefe:

Grasiela Duarte

Equipe de jornalismo:

Ana Rita Marini, Cristofer de Mattos e Rodrigo Borba

Estagiária: Mariane Freitas**Projeto gráfico e diagramação:** Esparta Design**Tiragem:** 2.000 exemplares**Impressão:** Orquestra Editorial**Endereço:**

Rua Celeste Gobbato, nº 81
Praia de Belas – Porto Alegre/RS – CEP 90110-160
Telefone: (51) 3284-9100 Fax: (51) 3284-9132
E-mail: imprensa@ajuris.org.br
Site: www.ajuris.org.br

AJURIS 70 ANOS

*Ivo Gabriel da Cunha **

A escala não é a mesma da vida de seus associados, mas a AJURIS teve infância, adolescência, juventude e, agora, quero crer, plena maturidade.

Mutatis mutandis, as instituições engatinham, autoafirmam-se, jogam-se às lutas e, depois, navegam os mares das grandes viagens da cidadania.

A AJURIS primeiro aproximou os colegas entre si, identificou os respectivos interesses comuns, que passou a representar. Tornou-se necessária e solidária, a casa de todos nós, formadora e informadora. Deu aos juízes sua dimensão coletiva, defendeu-os corporativamente, contextualizou-os social e politicamente.

A AJURIS delineou o corpo e coloriu a face da Magistratura gaúcha, de prestígio crescente, em especial no cenário do Poder Judiciário nacional, pioneira e líder, inovadora e engajada na promoção dos direitos e garantias constitucionais do cidadão. Portavoz dos juízes na interlocução com a sociedade, fez-se indispensável na formulação de políticas públicas de defesa da cidadania. Fez-se também ouvidos da opinião social, assegurando acessibilidade e transparência para que os juízes possam melhor servir.

Para quem acompanha a trajetória da AJURIS, testemunha por mais de 40 anos, orgulha ver a representação da Magistratura gaúcha legimitar-se sempre,

mais e mais, e olhar de cabeça erguida os horizontes do passado e do futuro. Nem poderia ser diferente, uma vez que o coletivo dos juízes gaúchos reflete o que cada um deles vem realizando no emprego da técnica e na busca do ideal de Justiça.

Parceira na luta pela superação dos problemas enfrentados pelo Poder Judiciário, sem dúvida graves e de difícil solução, a AJURIS apoia a atividade funcional dos juízes, estimulando-os ao estudo, aprimorando-lhes a técnica e o pensamento, e busca assegurar-lhes a tranquilidade possível, pela proteção à saúde, à família e à previdência. De uma forma ou de outra, a AJURIS participa da vida dos juízes e de seus familiares.

A AJURIS teve infância, adolescência, juventude e, agora, quero crer, plena maturidade.



Que siga assim, por outros tantos anos, agente das mudanças que os novos tempos estão a exigir, fiel, contudo aos princípios basilares da Magistratura como classe, independência, isenção, moralidade, mente aberta e visão de futuro.

Publicado no jornal Correio do Povo no dia 9 de agosto

** Presidente da AJURIS no biênio 1986/1987*



AJURIS homenageia magistrados no Dia da Justiça

A tradicional festa do Dia da Justiça, realizada na Sede Campestre da Associação, foi marcada por homenagens a associados. O evento que celebrou a data teve início com o descerramento da fotografia do ex-presidente da AJURIS, Pio Giovani Dresch, na Galeria dos Presidentes.

Pio Giovani Dresch presidiu a Associação durante o biênio de 2012/2013. Em seu discurso de agradecimento, o magistrado destacou a importância da homenagem e da Associação gaúcha para a sociedade. “A AJURIS é uma instituição que tem papel fundamental na construção democrática do nosso país, se preocupa com as grandes lutas da sociedade”, pontuou.

Além do descerramento da fotografia do ex-presidente, também foi inaugurado o espaço alusivo aos troféus, com homenagem aos mais de 20 anos em que José Azambuja Flores dedicou-se ao conagração pelo esporte como diretor e como vice-presidente Social da AJURIS.



Ex-presidente da AJURIS, Pio Dresch

O magistrado, que atualmente é diretor de Esportes da AMB, destacou o esporte como um dos fatores que une a Magistratura e se considerou honrado e muito feliz pela homenagem, que foi entregue pelo presidente da Associação, Eugênio Couto Terra.



Homenagem a José Azambuja Flores, na inauguração do espaço dos troféus desportivos da AJURIS.

HISTÓRIA

FUNDADORES VENCERAM BARREIRAS PARA DEFENDER A MAGISTRATURA



O mundo cheirava a pólvora. Eram tempos de 2ª Guerra Mundial. Até o Brasil, sob a Era Vargas, enviava a Força Expedicionária para se juntar aos países Aliados. O medo e a incerteza eram sentimentos dominantes. Mas não para quinze homens obstinados. Desafiando o momento de encolhimento das instituições e objetivando melhorias das condições de trabalho dos magistrados, além da flexibilização das rígidas normas hierárquicas da época, quinze juízes fundaram a AJURIS. Após reuniões e discussões sobre a necessidade de uma associação que defendesse os direitos da Magistratura, estava criada a primeira associação de juízes do Brasil. A entidade assumiu a tarefa de estabelecer a interlocução dos juízes com a Administração do Tribunal de Justiça e com a sociedade civil.

Em 1944, quando houve a primeira reunião desses magistrados para formar a Associação dos Juizes do RS, o Judiciário era submetido ao Poder Executivo. As nomeações, substituições, promoções e aposentadorias eram assinadas pelo governador. E, ainda, como descreve o historiador Gunter Axt, autor do livro *Ajuri 60 anos – O Fazer-se da Magistratura Gaúcha*, a relação do juiz com a administração do Tribunal era distante e burocratizada. “A infraestrutura para o exercício da função também costumava ser precária”, relata o escritor.

Sob essas condições, a figura do juiz austero e conservador, “alguém que avaliava o mundo com seu saber

especializado, sua autoridade”, precisava conviver com a de um juiz humanista, “alguém que podia conhecer as pessoas e os modos de ser de uma forma pouco usual”. Entretanto, o juiz, em seu isolamento na Comarca, nem sempre era compensado por uma remuneração compatível com a dignidade exigida para o cargo. De acordo com Gunter Axt, o drama da função do juiz se dava justamente na medida em que ampliava sua consciência social e diminuía o vácuo comunicativo com a sociedade.

Nos anos seguintes, o mundo acelerava as transformações. Com o fim da Guerra e a partir da premissa dos “50 Anos em cinco”, do presidente Juscelino Kubitschek, o Brasil formava um novo cenário. No embalo das mudanças, aqueles quinze pioneiros começaram a forjar a Magistratura como categoria profissional. E proporcionaram mudanças que duram até hoje.

A primeira diretoria da AJURIS foi eleita por aclamação e tinha a seguinte formação: Presidente – desembargador João Solon de Macedonia Soares; Vice-Presidente – desembargador João Pereira de Sampaio; Secretário – desembargador Coriolano Albuquerque; Tesoureiro – desembargador Maurílio Alves Daiello; Conselho Fiscal – Homero Martins Batista, Ney da Silva Wiedemann e Claudino Gayer.



José Lobo Rangel, João Barros Cassal e João Pereira de Sampaio também fundaram a AJURIS, mas não localizamos mais informações sobre eles, nem no Memorial, nem nos arquivos da Associação.

OS CRIADORES

João Solon Macedônia Soares

Em maio de 1939, tomou posse como desembargador. Foi o primeiro presidente da AJURIS, atuando no cargo de 1944 a 1955.

Eurico de Souza Leão Lustoza

Foi promotor de justiça entre 1908 e 1912, em São Luiz Gonzaga/RS, e em 1926/27 em Tijucas/SC. Em novembro de 1927, tomou posse como juiz de Comarca em Lagoa Vermelha, e, em 1939, em Caxias do Sul. Em 1951, foi empossado como desembargador. Foi promotor de justiça, chefe de Polícia, deputado estadual (de 1912 a 1920), juiz de direito e desembargador.

Moacir Lacerda da Cruz Machado

Nascido em 1909, juiz de Direito.

Niro Teixeira de Souza

Em 1936, tomou posse como juiz municipal em Encantado. Em 1936, foi removido para Camaquã e, em 1938, para Rio Pardo. Em 1940, nomeado juiz de Direito para Santa Vitória do Palmar; em 1943, removido para Viamão; em 1949, para São Luiz Gonzaga; em 1950, para São Gabriel; e em 1953, para Porto Alegre. Entre 1955 e 1956 dirigiu o Foro de Porto Alegre e em 1963 tornou-se desembargador do TJ/RS, por merecimento. Em 1970, tomou posse como corregedor-geral da Justiça. Em 1976, tornou-se 1º vice-presidente do TJ/RS e, em 1978, assumiu a presidência do Tribunal de Justiça do RS.

Décio Pelegrini

Nascido em 12 de janeiro de 1901. Em setembro de 1944, tomou posse como desembargador. Em 1960, presidiu o Tribunal de Justiça do RS.

Maurílio Alves Daiello

Atuou em Lagoa Vermelha e Caxias do Sul, entre outras Comarcas do Rio Grande do Sul. Foi diretor da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) no RS. Em 1949, promovido a desembargador, jurisdicionou em Câmaras Criminais e Cíveis, e presidiu a 4ª Câmara Cível. Apresentou projeto de criação dos juízes substitutos de desembargador e das Câmaras Especiais. Aposentou-se na década de 1970.

José Faria Rosa da Silva

Nomeado juiz de direito em 1940. Em janeiro de 1941, empossado em Santiago, Santa Cruz do Sul. Foi juiz de menores e juiz eleitoral integrando também o TRE. Em 1960, empossado desembargador. Em 1966/67, presidiu o TRE. Em 1976, foi presidente do Tribunal de Justiça do RS. Foi membro do Conselho da Magistratura, corregedor e vice-presidente do TRE e presidente da Ajuris. Recebeu as comendas do Mérito Militar e Aeronáutico no grau de Comendador e a Comenda do largs, como magistrado exemplar.

Walter Torres

Em 1938, tomou posse como juiz de direito em Palmeira das Missões.

Celso Afonso Pereira

Em 1925, foi nomeado juiz da Comarca de Santa Vitória do Palmar. Em 1941, tornou-se desembargador do Tribunal de Apelação. De 8 de junho de 1945 a 23 de outubro de 1946 e de 25 de outubro de 1954 a 13 de dezembro de 1954 foi presidente do TRE; entre 1952 e 1955, foi corregedor-geral da Justiça. Em 1954, vice-presidente do TJ/RS, e, em 1956, presidente do Tribunal de Justiça.

Isaac Melzer

Foi nomeado juiz de Direito em Soledade, em 1938. Em 1959, tomou posse como desembargador.

Coriolano Albuquerque

Em 1926 foi nomeado juiz de Comarca em Santo Antônio da Patrulha.

Ney da Silva Wiedemann

Em 1920, nomeado juiz da Comarca de Lagoa Vermelha e, em 1921, removido para Bento Gonçalves; e em 1926, para Santana do Livramento, onde ficou até 1933. Nesta data, para assumir a Justiça Federal, requereu tornar-se juiz de direito avulso. Em 1933, foi nomeado Juiz Federal pelo Governo Provisório da República. Exerceu o cargo até 1938, quando foi extinta a Justiça Federal de 1º grau. De 1933 a 1937, atuou como juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Em junho de 1939, foi-lhe concedida a reversão de sua avulsão, sendo nomeado para a Comarca de Uruguaiana (3ª entrância), onde atuou até 1940. Em 1940, foi removido para Porto Alegre (4ª entrância), e, em 1949, promovido, por merecimento, a desembargador do Tribunal de Justiça. Aposentou-se em 1957.

Saiba quem presidiu a AJURIS nesses setenta anos:

João Solon Macedônia Soares (1944 a 1955)
Carlos Thompson Florês (1955 a 1956)
Camerino Teixeira de Oliveira (1956 a março 1957)
Mário Boa Nova Rosa de março (1957 a 1958)
Artur Oscar Germany (1958 a 1959)
Manoel Brustoloni Martins (1959 a 1960)
Sisino Bastos de Figueiredo (1960 a 1961)
Pedro Soares Munóz (1961 a 1963)
Cesar Dias Filho (1963 a 1964)
Lourenço Mário Prunes (1964 a 1965)
José Danton de Oliveira (1965 a 1966)

Niro Teixeira de Souza (1966 a 1967)
José Maria Rosa da Silva (1967 a 1968)
José Dutra (1968 a 1970)
Bonorino Butteli (1970 a 1976)
Sebastião Adroaldo Pereira (1976 a 1978)
José Barison (1978 a 1981)
Milton dos Santos Martins (1981 a 1984)
Sérgio Pilla da Silva (1984 a 1986)
Ivo Gabriel da Cunha (1986 a 1987)
Osvaldo Stefanello (1988 a 1990)
Élvio Schuch Pinto (1990 a 1991)

Marco Antônio Barbosa Leal (1992 a 1993)
Guinther Spode (1994 a 1995)
Claudio Baldino Maciel (1996 a 1997)
Antônio Guilherme Tanger Jardim (1998 a 1999)
Luiz Felipe Silveira Difini (2000 a 2001)
José Aquino Flôres de Camargo (2002 e 2003)
Carlos Rafael dos Santos Júnior (2004 e 2005)
Denise Oliveira Cezar (2006 e 2007)
Carlos Cini Marchionatti (2008 a 2009)
João Ricardo dos Santos Costa (2010 a 2011)
Pio Giovani Dresch (2012 a 2013)
Eugênio Couto Terra (2014 a 2015)



As informações citadas nesta matéria foram cedidas pelo Memorial do Judiciário e pelos familiares do desembargador Ney da Silva Wiedemann.



DÉCADA DE 60

Cenário político do país na década de 1960 impulsionou a maior atuação

Paralelo aos movimentos de contracultura, protestos e rock'n roll, que sintetizavam o pensamento libertário dos anos 1960 no mundo, o Brasil passava a provar os cerceamentos e privações, consequências do regime militar que se instaurava para mudar a história do país. E também da ainda jovem AJURIS.

A Associação mantinha até então um perfil exclusivamente assistencial, centrada nas questões salariais e culturais. Mas a turbulência política obrigou os magistrados a incluírem no seu foco de atuação temas políticos.

Em 1963, foi criado o Boletim Informativo da AJURIS, inicialmente editado bimestralmente. Em seguida, tornou-se publicação anual, em razão dos custos para a distribuição, conforme relata o historiador Gunter Axt no livro *AJURIS 60 anos - O Fazer-se da Magistratura Gaúcha*. A primeira edição do Boletim dava ênfase ao acompanhamento, na Assembleia Legislativa, das discussões sobre a confecção de um novo Código de Organização Judiciária do Estado (COJE). A Diretoria da Associação havia realizado, à época, quarenta reuniões extraordinárias para elaborar um estudo. O resultado foi exposto, no dia 3 de dezembro de 1963, à Comissão Especial de Revisão do COJE no Legislativo gaú-

cho, pelo então presidente da AJURIS, desembargador Pedro Soares Muñoz. Porém, com os acontecimentos políticos que mudaram os rumos do país logo no início de 1964, os debates do COJE foram suspensos, sendo retomados em 1965. A reformulação só foi concluída em 1966 e teve o acompanhamento de membros da AJURIS, registra o livro de Gunter Axt.

Momento político

No país, o cenário dos primeiros anos da década foi de caos econômico e intransigência política crescente. O mundo, polarizado pela Guerra Fria, era dividido entre comunistas e liberais. Em seguida ao golpe que derrubou o presidente da República João Goulart, o comando revolucionário decretou um ato institucional que transferiu os poderes legislativos ao Executivo e suspendeu direitos políticos e garantias individuais.

Promotores e magistrados gaúchos foram alvos de perseguições de políticos ligados à Ação Democrática Popular (ADP), que reunia o PSD, a UDN, o PL, o PDC e o PRP. Segundo o historiador Gunter Axt, a primeira lista de cassações era encabeçada pelo ex-procurador-geral do Estado, Floriano Maia D'Ávila, seguida por dois juízes e alguns promotores. "A Corregedoria-Geral,

entretanto, onde se reuniam alguns membros da diretoria da AJURIS, como Bonorino Buttelli e Amaral Braga, interessou-se pela defesa dos agravados e amparou-os”, relata Axt.

O juiz de Direito Marino Kury conseguiu ser absolvido. Já Hugolino de Andrade Uflacker foi cassado e José Paulo Bisol preservado graças à intervenção do então presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Balthazar Barbosa. “Eu sofri uma espécie de prisão domiciliar na minha Comarca, e ele, imediatamente, quando soube, agiu exigindo do poder recém-assumido que me libertassem”, relata Bisol. Adalberto Libório Barros sofreu muita pressão. O então presidente da AJURIS, César Dias Filho, empenhou-se pessoalmente na defesa dos acusados.

Os juízes não chegaram a ser presos. Porém aqueles que tinham suspeitas de ligações com a esquerda sofreram enormes dificuldades para promoções na carreira.

Em 1968, quando a tecnologia já anunciava que em breve – mais precisamente no ano seguinte – o homem chegaria à Lua, foram suspensas as garantias de vitaliciedade e inamovibilidade dos juízes, a partir da edição do Ato Institucional nº 5. A série de cassações e prisões políticas atingiu também alguns magistrados. “Uma impressionante instabilidade jurídica tomou conta do País”, descreve Gunter Axt.

Utilidade pública

No dia 26 de setembro de 1968, o então governador do Estado, Walter Peracchi Barcellos, e o secretário do Interior e da Justiça, José Danton de Oliveira, assinaram o Decreto nº 19.303, declarando a AJURIS instituição de utilidade pública.

Em 1969, o relacionamento da Associação com o Executivo estadual, porém, estava estremecido em função da negativa do governador Peracchi Barcellos em encaminhar ao Legislativo a proposta de aumento salarial para a Magistratura. A AJURIS, que completava 25 anos de existência, optou por cancelar as comemorações de aniversário e publicar, nos dias 8 e 11 de agosto, nos principais jornais de Porto Alegre, uma nota de protesto. A “rebelião” produziu constrangimentos entre os Poderes.

Preparação à judicatura

Nos primórdios da década de 1960, surgia em Porto Alegre o Curso de Preparação para a Judicatura. Eram aulas de capacitação promovidas pela Associação dos Juízes do RS que, ao longo dos anos, contribuíram para qualificar e padronizar a formação dos magistrados. A iniciativa seria o embrião da Escola Superior da Magistratura (ESM).

Em 2014, o Legislativo do RS aprovou, e o Governo sancionou a Lei 14.597/2014, que torna a ESM a instituição de ensino oficial do Tribunal de Justiça do RS. A proposta obteve a unanimidade dos parlamentares presentes à sessão (46 votos), em 12 de agosto.

A lei consolida a parceria nos termos da Resolução nº 159 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que mediante atos normativos próprios determinou aos Tribunais estruturarem-se administrativamente e orçamentariamente para a capacitação e o aperfeiçoamento dos magistrados e servidores. Ao tornar lei a relação que já existe entre a Escola e o TJ/RS, o Parlamento gaúcho reconhece o empenho de toda a Magistratura estadual pela busca contínua de qualificação da jurisdição.



Datas

1958

A inspiração para o curso surgiu de uma atividade já existente, que era mantida pelo desembargador Mário Boa Nova Rosa, um magistrado atento aos jovens e que procurava manter a vocação de orientar e ajudar aqueles que seriam os futuros julgadores. As aulas eram realizadas em uma sala alugada no prédio do Colégio Rosário (Praça Dom Sebastião, 2 – Porto Alegre), que na época pertencia à Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS).

1963

As aulas passaram a ser lecionadas no Tribunal do Júri, no Palácio da Justiça.

1972

Um imóvel situado na Rua Duque de Caxias, nº 920, no centro da Capital, passou a abrigar o curso.

24 de agosto de 1978

A AJURIS e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul firmaram um convênio que deu início ao projeto de criação da nova escola.

1980

A diretoria da AJURIS debateu um projeto do desembargador Cristovam Daiello Moreira, que sonhava em criar uma Escola Superior da Magistratura. O projeto se tornaria realidade no dia 18 de novembro de 1980, data em que o TJ/RS reconheceu oficialmente a Escola.

Década de 1980, até 1987

A Escola funcionou no prédio conhecido como “Forte Apache”, localizado na Praça da Matriz. Em 1982, o TJ/RS doou o terreno onde seria construída, posteriormente, a sede própria.

1995

A Escola transferiu-se para o prédio próprio, localizado na Rua Celeste Gobbato, nº 229, onde está situada atualmente. Um ano mais tarde, em 1996, a Escola passou a organizar concursos públicos para a Magistratura em outros Estados, como Tocantins, Acre e Piauí.

JAGUNÇOS

JUÍZES FORMARAM O GRUPO “JAGUNÇOS” PARA DISPUTAR ELEIÇÕES



Apuração de votos na eleição de Élvio Schuch Pinto.

A década dos exílios e exilados, o fortalecimento de um discurso “Paz e Amor” diante da Guerra do Vietnã e dos regimes ditatoriais na América Latina e até mesmo a chegada da TV. Os anos 1970 consolidavam um novo Brasil. A fase de transformações sociais e a esperança crescente pelo fim do regime militar instalado também repercutiu na forma de atuar da AJURIS, que alcançava a sua maturidade.

Ao longo dos anos, a Magistratura descobriu a capacidade de mobilização da classe e passou a assumir um papel de protagonista tanto na defesa de direitos dos juízes, como de interesses da sociedade.

No cenário interno da Associação, que, desde a sua fundação, não experimentava eleições disputadas, surgiu um grupo de juízes de Direito denominado Jagunços. Imbuídos de espírito libertário, eles buscavam democratizar a entidade, permitindo que os juízes também disputassem a eleição para presidente. O grupo passou a disputar espaço com os desembargadores – até então, os únicos que podiam, de acordo com os estatutos

da Associação, integrar a direção da AJURIS. Foi uma época de intensos debates.

Os Jagunços lutaram para que ocorressem alterações estatutárias na AJURIS. Em 1975, formaram uma chapa para concorrer às eleições. Em dezembro de 1979, pela primeira vez, a eleição para a Presidência da AJURIS foi disputada com um sistema de votação por cédula única e nomes registrados para os diversos cargos, a exemplo do que já acontecia na Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A novidade foi manchete dos principais jornais de Porto Alegre. Os juízes, no entanto, só obtiveram êxito dez anos mais tarde, em 1985, com a eleição de Ivo Gabriel da Cunha como presidente da entidade, sucedido por Osvaldo Stefanello e Élvio Schuch Pinto.

Esse cenário estimulou a AJURIS a ampliar seu status. De associação cultural e recreativa, passou a atuar também no âmbito político e institucional. Essas mudanças significativas fixaram duas características na imagem da entidade: a afirmação das garantias constitucionais da Magistratura e a atuação em pautas de interesse da sociedade em geral.

AJURIS 70 ANOS: A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO CONSTITUINTE

*Gilberto Schäfer**

A AJURIS completa 70 anos. Neste período, participou ativamente dos acontecimentos históricos do Rio Grande do Sul e do Brasil. Um dos pontos altos foi a sua participação no processo constituinte que redundou na Constituição de 1988.

A principal característica da Constituição Federal de 1988 é que ela foi estabelecida em um processo de ampla participação democrática da sociedade civil. E a democracia foi um dos objetivos da Constituição que instaurou um verdadeiro movimento negador da ditadura instaurada pelo golpe de 1964.

A Magistratura estadual organizada na AJURIS participou ativamente deste processo. Em fevereiro de 1986, foi criada a Comissão de Elaboração de Subsídios à Constituinte, com o objetivo de estudar e condensar as propostas da Magistratura gaúcha para o texto da Constituição. Uma Assembleia Geral foi realizada em agosto, para apreciar as propostas que foram elaboradas pela Constituição e outras que ainda puderam ser apresentadas. Todo este trabalho resultou em pequeno livro com as Propostas da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul à Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, encaminhado aos constituintes.

Estas teses foram levadas para a discussão no âmbito nacional e aprovadas no Congresso Nacional de Magistrados realizado em Recife entre os dias 17 e 20 de setembro de 1986.

Nas propostas apresentadas estavam muitos pontos sobre o Poder Judiciário e a carreira da Magistratura. Elas tinham como objetivo a construção de um Judiciário independente e autônomo do ponto de vista administrativo e financeiro, mas também inserido em um sistema “visceralmente democrático”. Neste ponto, nota-se o pioneirismo, mas, por outro lado, constata-se que nem todas as lutas que foram travadas na constituinte estão encerradas como se pode ver na primeira proposta aprovada: a de possibilitar as eleições diretas dos órgãos diretivos por todos os juizes vitalícios. Essa proposta está sendo retomada

neste ano, com mais força pelo movimento associativo como um dos pontos fundamentais para democratizar o Poder Judiciário e fazer com que todos os magistrados participem do seu autogoverno.

As propostas tinham como objetivo a construção de um Judiciário independente e autônomo, inserido em um sistema “visceralmente democrático”.



Os magistrados foram além de pensar o Poder Judiciário. Apresentaram sugestões relacionadas à Ordem Econômica e Social e aos Direitos e Garantias Individuais e Sociais. As iniciativas demonstraram os esforços da AJURIS em prol da redução dos desníveis sociais e econômicos no país, e na garantia dos direitos sociais e coletivos, não se limitando aos interesses diretos dos magistrados.

A Magistratura discutiu, se mobilizou, vivenciou aquele momento em que se canalizaram no texto constitucional os anseios da sociedade que enxergava no texto uma possibilidade de ver suas reivindicações atendidas. Da carta constitucional resultou um Judiciário fortalecido que deixou de ser um poder que apenas mediava conflitos individuais para também se tornar um dos grandes agentes do “Estado Democrático de Direito”.

A AJURIS - que completa hoje 70 anos - tem a missão de continuar sendo hoje o porta-voz dos anseios da Magistratura e também de contribuir com propostas que reflitam as reivindicações da sociedade na qual está inserida.

Publicado no jornal O Sul no dia 11 de agosto.

** Vice-presidente Administrativo*



DÉCADAS DE 80 E 90

Trabalho intenso pela Constituição Federal e a afirmação da cidadania

A redemocratização, as Diretas Já!, o fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim. Após décadas bélicas, um novo horizonte se descortinou no Brasil e no mundo. E, neste cenário, da segunda metade ao fim da década de 1980, as movimentações da AJURIS foram marcadas pela participação dos magistrados na elaboração da nova Constituição Federal da República (CF)



O desembargador Ivo Gabriel da Cunha foi o presidente da Associação (1986/1987), quando foi formada uma Comissão Especial da entidade para elaborar propostas à nova Carta. Juízes de todo o Estado foram convidados a enviar suas colaborações. O trabalho durou quase dois anos.

Houve momentos em que membros da Comissão da AJURIS para a Constituição viajavam semanalmente a Brasília, nos sábados e domingos, para selecionar e compilar as contribuições dos magistrados. O desembargador Osvaldo Stefanello, sucessor de Ivo Gabriel na presidência da Associação, (1988/1989), integrava a Comissão Especial e deu continuidade ao trabalho. Ao todo, 75 propostas foram encaminhadas – e muitas delas integraram o texto final da CF, promulgada em outubro de 1988.

Entre os pontos propostos pela Associação que foram inseridos, destacam-se: os de eliminação do autoritarismo, como o proporcionado pela

imposição de limites às Forças Armadas em matérias relacionadas à Segurança Nacional; a igualdade efetiva dos direitos da mulher; a obrigatoriedade de realização de concurso para ingresso no serviço público; e a proposta de haver sessão pública sobre as decisões administrativas dos tribunais. A Associação também elaborou propostas em prol da autonomia do Poder Judiciário. “A AJURIS emergiu do processo constituinte como grande vitoriosa. A experiência repercutiu intensamente sobre a própria dinâmica interna da Associação”, descreve o historiador Gunther Axt, no livro *AJURIS 60 anos O Fazer-se da Magistratura Gaúcha*.

Com a nova Constituição Federal, as associações de magistrados ganharam importante espaço de interlocução com os outros poderes. “Ao lado da Associação dos Magistrados de São Paulo, a AJURIS era a entidade mais preparada para essa nova realidade, em função de sua trajetória, de sua capacidade organizativa,

de suas proposições e do seu prestígio”, escreve Gunther Axt. O Judiciário, como um todo, foi valorizado e fortalecido pelo texto constitucional.

Se as novas regras estavam dadas, sua aplicação requeria esforço ainda maior. A partir de 1990, sob novo ordenamento, o país começou a experimentar profundos embates políticos e ideológicos.

Logo no início da década, a AJURIS precisou enfrentar os choques de ideias que se impuseram em função da

nova face do Judiciário. A greve da Magistratura e a consequente aprovação do projeto de isonomia salarial entre desembargadores e deputados foram algumas das ações protagonizadas pela Associação.

Em 1991, a AJURIS realizou o *I Congresso Estadual da Magistratura*. Em 1992, a Associação mobilizou-se, mais uma vez, sobre a Constituição Federal, a fim de colaborar com a revisão da Carta de 1988 – o que acabou não acontecendo em função do impeachment do presidente Fernando Collor de Melo.



Em 1993, a AJURIS firmou convênio com a Fundação Maurício Sirotski Sobrinho, Federação das Associações dos Municípios do Estado do RS (Famurs) e Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência para criar o Grupo Interinstitucional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. O objetivo era garantir a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no RS. O documento visava dar garantia para que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) fosse implementado em todo o RS.

Em 1994, foi iniciado o projeto “O Direito é Aprender”, conduzido pelos magistrados Leoberto Narciso Brancher e Vera Lúcia Deboni, com o objetivo de capacitar os magistrados e promotores das Varas da Infância e da Juventude para o manejo da legislação específica da educação e difundir a consciência na população sobre a importância de

assegurar o ensino básico, como prerrogativa da cidadania e dever do Estado.

Em 1995, a AJURIS e a Fundação Banco do Brasil assinaram convênio para financiar a produção do material multimídia da Biblioteca Nacional dos Direitos da Criança. O objetivo era socializar o conhecimento para que o ECA tivesse maior efetividade prática.

A qualidade de vida dos aposentados era motivo de preocupação na AJURIS. Interessada cada vez mais pela condição psicológica dos seus associados, a entidade iniciou, àquela época, um programa de preparação para a aposentadoria. Foram realizados debates e palestras com especialistas. A ideia era apoiar os associados nos momentos de estresse emocional.

Em 1987, foi criado o Departamento de Assistência à Saúde, para atendimento das necessidades médico-hospitalares dos magistrados. O Departamento vem sendo aprimorado, com qualificação dos serviços, solidez e economia. Atualmente é conduzido por José Eugênio Tedesco, Paulo Augusto Monte Lopes, Denise Oliveira Cezar e Alexandre Kreutz.

AJURIS: 70 ANOS DE INSERÇÃO SOCIAL

Sérgio Gischkow Pereira*

A AJURIS (Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul) está completando este mês 70 anos de sua fundação, ocorrida em 11 de agosto de 1944. Para a comunidade gaúcha o que mais interessa é a participação da entidade nos assuntos de interesse da coletividade, o que vem bastante ocupando e preocupando a AJURIS, ao lado de sua óbvia atuação associativa, na defesa dos interesses dos magistrados. É meu objetivo, neste texto, destacar a inserção social da AJURIS.

Um dos pontos altos consistiu no exaustivo trabalho de proposição de textos para a Constituição Federal de 1988. Foi um grande número de propostas, e, muitas delas, de nenhuma ligação com o Poder Judiciário, mas sim de interesse para toda a nacionalidade. Aliás, em congresso nacional de juizes, realizado em Recife, precisou a Associação lutar contra entendimentos no sentido de que só deveriam ser cogitados temas pertinentes de forma direta ao Judiciário e aos interesses dos juizes. O trabalho culminou com longuíssima e histórica assembleia geral da classe, na qual foram examinadas e votadas as propostas.

A AJURIS vem se integrando em movimentos os mais variados, desde aqueles voltados ao aperfeiçoamento da cidadania e efetiva implantação dos direitos humanos, em toda a extensão da palavra, ou seja, tudo o que traz uma vida com dignidade para todos (direito à vida, à saúde, à educação, à habitação digna, à alimentação adequada, à liberdade, à segurança, ao

trabalho protegido por uma CLT não flexibilizada, à previdência social, a uma redução das desigualdades socioeconômicas, de não ser vítima de preconceitos, etc.) até aspectos como o pré-sal, incentivo à cultura, defesa do meio ambiente.

A AJURIS vem se integrando em movimentos voltados ao aperfeiçoamento da cidadania e efetiva implantação dos direitos humanos, ou seja, tudo o que traz uma vida com dignidade para todos.



Mais um exemplo é a distribuição do Guia de Cidadania e Justiça, cuja nova edição está sendo preparada e será bastante ampliada, consistindo em caminho para estreitar laços com o povo que mais necessita saber sobre aqueles assuntos.

Tenha a população a certeza de que um dos maiores júbilos da AJURIS, em seus 70 anos, é a consciência de que em boa parte de seu percurso esteve também voltada para os interesses coletivos.

Publicado no jornal Diário Popular no dia 18 de agosto

* Diretor do Departamento de Promoção da Cidadania e vice-presidente do Conselho Deliberativo da AJURIS



Conselho Deliberativo homenageia ex-presidentes

Os magistrados que presidiram o Conselho Deliberativo ao longo das sete décadas da AJURIS foram homenageados pela dedicação à vida associativa. Segundo o presidente do Conselho, Ícaro Carvalho de Bem Osório, a homenagem foi realizada a "todos aqueles que desde os primórdios já deram a sua energia ao funcionamento da nossa Associação". O magistrado explicou que isso motivou a ideia conjunta com o presidente Eugênio Couto Terra de fazer essa homenagem aos ex-presidentes do Conselho Deliberativo. O desembargador também lembrou que muitos já faleceram e que merecem também essa reverência.

Receberam a homenagem das mãos dos presidentes dos Conselhos Executivo e Deliberativo, Eugênio Terra, e Ícaro Carvalho de Bem Osório, e do vice-presidente do Conselho Deliberativo, Sérgio Gischkow Pereira, respectivamente, os magistrados: Luiz Fernando Koch, Cacildo de Andrade Xavier, Alcindo Bittencourt, Benedito Felipe Rauen Filho, Iris Helena Medeiros e Délio Spalding de Almeida Wedy.



A homenagem também foi entregue posteriormente aos magistrados: Breno Moreira Mussi, Antônio Guilherme Tanger Jardim, André Luis de Moraes Pinto, Vera Lúcia Deboni e Jane Maria Köhler Vidal.

AJURIS: AGENTE PROVOCADOR DE MUDANÇAS EM PROL DA SOCIEDADE

G h i n t e r S p o d e *

O associacionismo de magistratura tem sido um importante agente provocador de mudanças não só no âmbito Judiciário, quanto na sociedade em geral. Melhor exemplo disto tem sido a atuação da AJURIS - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul.

Ao completar 70 anos, impossível ignorar a importância institucional da AJURIS no âmbito local e nacional. Seu protagonismo vai desde o fato de ser a mais antiga do gênero e no seio da qual surgiu a primeira escola de magistratura do país (exemplo para as demais). Nossa septuagenária entidade foi e segue sendo copiada em suas ações e iniciativas, desde o modo de organização, sua postura democrática, transparente, sendo a primeira a utilizar auditoria externa em suas contas. Possui plano privado próprio de assistência médica e hospitalar; constituiu a primeira administradora de consórcios sem fim lucrativo do país. Sua sólida estrutura corporativa não olvidou de atuar em prol da sociedade. Foi pioneira na instituição de assessoria de imprensa e na realização de atividades conjuntas com as entidades associativas dos meios de comunicação, buscando aproximar o Judiciário dos usuários.

Após a edição do Código de Defesa do Consumidor, a entidade empenhou-se para que nosso Estado fosse o primeiro a buscar a sua imediata e total aplicação. Também na década de 90, quando editado o Estatuto da Criança e do Adolescente, nosso Estado foi o primeiro a aplicá-lo, certamente devido ao apoio da AJURIS, que realizou atividades em todas as cidades

polo. Destes eventos participaram dezenas de milhares de profissionais do direito e áreas afins.

É impossível ignorar a importância institucional da AJURIS no âmbito local e nacional, e seu protagonismo como a mais antiga entidade do gênero.



Os juizados especiais, hoje integrantes da atividade formal do Judiciário, tiveram início em experiência informal patrocinada, pela AJURIS, até que se transformou em lei e adquiriu status constitucional. Nesta mesma linha, a conciliação, a mediação e a justiça restaurativa. Esta última “bancada” ao seu início pela Escola da AJURIS, servindo de modelo e, atualmente, estimulada pelo CNJ.

Estes são apenas alguns dos muitos exemplos que se poderia citar para demonstrar que a AJURIS, ao completar seus 70 anos, revela uma história cidadã por excelência, marcada pela transparência, inquieta eficiência, espírito inovador, sendo verdadeiro agente provocador de notáveis avanços sociais.

Publicado no jornal Diário de Santa Maria na edição dos dias 16 e 17 de agosto

* Ex-presidente da AJURIS 1994/1995



Gincana Cultural Virtual destaca momentos históricos

A Gincana Cultural Virtual, realizada em comemoração às sete décadas da AJURIS, teve como objetivo testar os conhecimentos gerais dos magistrados sobre a história da Associação. Durante doze semanas, os associados receberam por e-mail tarefas que correspondiam a um determinado valor na pontuação geral da gincana. Idealizada e organizada pela vice-presidente Cultural, Jane Maria Köhler Vidal, e também pela Diretora Cultural, Rosana Bróglia Garbin, a Gincana contou ainda com a colaboração dos magistrados Wilson Rodycz, Claudir Fidelis Faccenda e Geneci Ribeiro de Campos.

A associada Vera Lúcia Deboni venceu a disputa com 1.190 pontos e, como prêmio pelo primeiro lugar, faturou um convite para o Baile de 70 Anos da Associação. Os magistrados: Ícaro Carvalho de Bem Osório, Felipe Rauen, Mirtes Brum e Luiz Felipe Silveira Difini ficaram em segundo, terceiro, quarto e quinto lugares, respectivamente, e também receberam premiações.

Também conduzidos pela Vice-Presidência Cultural, o 23º Caderno de Literatura da AJURIS e o Caderno de Literatura Infantil foram lançados na 60ª Feira do Livro de Porto Alegre.

Nessa edição, o Caderno foi ilustrado com fotografias dos associados: Dálvio Teixeira, Carlos Alberto Etcheverry, Sidinei Brzuska, Jorge Adelar Finatto, Jane Vidal e Daniele Neves Pereira. Os textos que compõem o Caderno de Literatura foram escritos por: Adair Philippsen, Adroaldo Furtado Fabrício, Afif Jorge Simões Neto, Bráulio Marques, Cassiano Rodka, Cesar Antônio Dias, Cintia Moscovich, Cintia Lacroix, Cláudio Brito, Denise Dias Freire, Durval da Fonseca Fraga, Eduardo Wetzel Barbosa, Emanuel Medeiros Vieira, Fabio Vieira Heerd, Genacéia da Silva Alberton, Giovana Farenzena, Gladis de Fátima Canelles Piccini, Hermann Homem de Carvalho Roenick, Ícaro Carvalho de Bem Osório, José Carlos Teixeira Giorgis, Jorge Adelar Finatto, José Nedel, Ligia Lacerda, Luiz Antonio Corte Real, Mafalda dos Santos, Márcia Kern Papaleo, Maria Berenice Dias, Nei Pires Mitidiero, Newton Fabrício, Rosa Maria Webber, Rosana Broglia Garbin e Rosane Michels.

O Caderno Infantil foi a grande novidade deste ano para a criançada. As ilustrações foram feitas por Paulo Guilherme de Vargas Marques (DAG/TJRS) e os textos da versão infantil foram escritos por: Adair Philippsen, Cassiana Broglia Garbin, Jane Maria Köhler Vidal, José Nedel, Marcia Kern Papaleo, Nei Pires Mitidiero e Sérgio Napp.

DEBATE

Mudando as regras do jogo: o Brasil discute a regulação da mídia

Proposta está na pauta do Governo Federal e poderá promover mudanças significativas na radiodifusão nacional a partir de 2015.

Cristofer de Mattos*

Fotos: Camila Domingues



Após os primeiros passos em sua jovem democracia, o Brasil afina sua comunicação. Apesar de uma única língua, há vários Brasis. E são essas diferenças e pluralidades que ainda não formam a “cara” do Brasil na comunicação social e que motivam a proposta de uma mudança. A regulação da mídia está na pauta do Governo Federal, que já sinalizou que pretende promover mudanças no jogo a partir de 2015, especialmente pelo viés econômico. Como uma criança que ainda troca palavras, o país busca desmitificar as diferenças entre as propostas de regulação da mídia e de regulamentação de conteúdo, ou seja, da diferenciação entre uma imposição de regras no setor de radiodifusão e de um cerceamento de liberdades. A AJURIS compreende essa discussão como fundamental para a liberdade de expressão. Mais que um tema político da atualidade, é de interesse para o avanço da democracia. É preciso garantir que todos tenham as mesmas oportunidades, que seus discursos possam ter o mesmo alcance de grupos hegemônicos e que não fiquem restritos a uma praça ou a um pequeno grupo. O momento é de entender quais as cartas que estão sobre a mesa.

Democracia clama por liberdade de expressão

São dos silenciosos porões do período de ditadura militar que algumas medidas ainda ecoam em pleno barulho da liberdade de expressão na democracia.

Boa parte das concessões de canais de TV e rádio no Brasil foram concedidas nesse período, e, portanto, anteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988, que determinou uma maior pluralidade da livre manifestação nos meios de comunicação e coibiu a formação de monopólios e oligopólios. Conglomerados se formaram, embora as restrições impostas por lei. Mas há, novamente, um levante no país para discutir as regras.

A proposta de regulação da mídia que deverá ser encaminhada pela presidente Dilma Rousseff ao Congresso, possivelmente no início do próximo ano, prevê a discussão sobre a formação econômica dos meios de comunicação.

*colaborou Rodrigo Borba.

O projeto não inclui a regulamentação de conteúdo – modelo adotado por países como Cuba e Venezuela, por exemplo, e que impõem ampla restrição aos meios de comunicação. O formato que deverá ser adotado visa a democratizar a alta concentração de poder depositada nos meios de comunicação, garantindo a pluralidade da liberdade de expressão à sociedade, com o fim da concentração de concessões em determinados grupos econômicos. Visa, essencialmente, a impedir o crescente avanço dos monopólios e oligopólios.

Conforme dados do Censo dos Meios de Comunicação do Projeto Donos da Mídia, que reúne dados públicos e informações fornecidas pelos próprios grupos de comunicação para montar um panorama completo do setor no Brasil, 41 grupos de comunicação com abrangência nacional controlam 551 veículos no país. Dois deles, Rede Globo e Editora Abril, possuem juntos 143 veículos. A Rede Globo ainda se associa a outros 35 grupos e alcança distribuição em 340 veículos, totalizando fatias superiores aos 70% em participação no mercado e no bolo publicitário.



A proposta do Governo Federal

Em seu primeiro mandato, a presidente Dilma Rousseff recuou no projeto que prevê a regulação dos meios de comunicação. Foi criticada, inclusive, por membros de sua base. Após a sua reeleição, no entanto, garantiu que essa será uma das reformas.

A proposta já sinalizada pelo Governo Federal prevê dar subsídio para as produções locais e independentes, já estabelecidas no artigo 221 da Constituição Federal, nos parágrafos 2º e 3º, que preveem a promoção das culturas regionais, inclusive pela produção jornalística. O modelo que pode ser adotado como referência é o da Lei da TV por Assinatura (12.485/2011), que instituiu cota de conteúdo nacional e audiovisual independente nos canais pagos.

Nem mesmo o episódio envolvendo a edição 2.397 da revista Veja, da Editora Abril, que publicou na véspera da eleição que a presidente teria conhecimento do esquema para desviar dinheiro da Petrobrás, baseando-se num suposto vazamento de depoimento à Polícia Federal do doleiro Alberto Youssef – e que a própria publicação afirmou não ter provas – deverá levar a presidente à tentação de promover um regramento de conteúdo. Até por ser impedida pelo inciso I

Com o direito à liberdade de expressão por meio da radiodifusão restrito a poucos grupos no Brasil, cria-se margem para que a agenda de temas e opiniões seja formada não visando à pluralidade de ideias. Devido ao amplo alcance de público e de conteúdo contemplado, graças aos avanços tecnológicos, também se eleva a importância de o Estado criar mecanismos mais claros para o funcionamento do chamado “Quarto Poder”.

Assim como outros setores da economia, como aviação e transporte, por exemplo, que possuem agências nacionais de regulação como Anac e ANTT, a radiodifusão é um serviço público. Para ser prestado, necessita de regras, a fim de que sejam garantidas as difusões de culturas, informações e valores.

O regramento pretende limitar o desequilíbrio democrático a partir de interesses econômicos e de poder, e não com o objetivo de definir o que as emissoras devem ou não publicar, mas para garantir o direito à informação sem que interesses particulares sejam priorizados.

do capítulo 5º da Constituição, que prevê que nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social. Assim sendo, o foco deverá ser a regionalização dos conteúdos e a proibição dos monopólios e oligopólios de comunicação.

“Não vou regulamentar a mídia no sentido de interferir na liberdade de expressão. Sou de uma época que vivi sob a ditadura e sei o valor da liberdade. Mas como setor econômico, porque a mídia não é só setor cultural, vamos discutir uma regulação, mas antes de fazer vamos discutir muito”, declarou a presidente ao Jornal do SBT, dois dias após a sua reeleição.

Segmentos opositores da regulação e grandes conglomerados de comunicação ainda não tratam abertamente do debate. Opiniões não oficiais avaliam a proposta como um cerceamento às liberdades de imprensa e expressão – uma espécie de reedição da censura. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) foi procurada para comentar a proposta e optou por não se manifestar oficialmente até que haja o encaminhamento e o detalhamento do projeto.

Os dez maiores Grupos do Brasil veículos exclusivos

1º) ABRIL	74
2º) GLOBO	69
3º) RBS	57
4º) BAND	47
5º) GOV. BR	46
6º) IURD (RECORD)	27
7º) OJC (AFILIADA À GLOBO)	24
8º) SISTEMA MIRANTE (AFILIADA À GLOBO)	22
9º) ASSOCIADOS (LIGADO AO SBT)	19
10º) ORM (LIGADO À GLOBO)	15

As dez emissoras associadas com maior número de licenças (TV)

1º) GLOBO	340
2º) SBT	195
3º) BAND	166
4º) RECORD	142
5º) EBC	95
6º) REDE TV!	84
7º) MTV	83
8º) UNIÃO	66
9º) PLAY TV	63
10º) RECNEWS	42

As dez emissoras associadas com maior número de licenças (Rádio)

1º) CBN AM	184
2º) GAÚCHA	113
3º) CBN FM	94
4º) NOVO TEMPO AM	86
5º) RCR AM	71
6º) JOVEM PAN SAT FM	66
7º) BAND SAT	61
8º) BAND NEWS FM	47
9º) ALELUIA FM	40
10º) GLOBO AM	29



Eugênio Terra: "Um marco regulatório e eficiente, democrático e construído com toda a sociedade, garante mais democracia."

Debate ideológico

No Brasil e na América Latina, a discussão é marcada ideologicamente. O presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS), Eugênio Couto Terra, destaca que isso é consequência das décadas de Ditadura. Ele explica que há um temor permanente sobre a redução dos direitos adquiridos que acaba por travar as propostas. "Se pensa em regularização e se associa à censura, quando isso não é verdadeiro. Um marco regulatório e eficiente, democrático e construído com toda a sociedade, garante mais democracia, mais acesso à mídia", argumenta.

O professor de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Flávio Porcello, pesquisador na área de Mídia e Poder, acrescenta que o debate por anos foi adiado. Porém, em decorrência da era da sociedade da informação, não há mais a possibilidade de recuar. Ele avança na proposta econômica e de regionalização de conteúdo e entende como necessária

uma maior responsabilização dos veículos. "À medida que se recebe tanta informação, o lixo vem misturado com que é sério, com o que é qualificado. É importante que se discuta, que se debata, que se encontrem meios, sem falar em censura, ou repressão ou em controle de ideias, de regularizar a atividade da comunicação social de forma a beneficiar as pessoas", frisa.

O coordenador do curso de Jornalismo da PUC/RS, Fabian Chelkanoff Thier, não se diz contra a regulação, mas ainda considera importante debater o modelo que será adotado. Ele alerta para a necessidade da manutenção da independência do jornalismo, mas também para a equação de problemas vinculados ao conteúdo gerado por alguma instância que afira a qualidade. "Nos últimos anos nós provamos que as coisas não acontecem da forma como deveriam acontecer. (...) E acho que essa responsabilidade, nós jornalistas não conseguimos digerir de maneira correta", pondera.



Flávio Porcello: "Ninguém quer censura: censura é uma coisa, regularizar a ação dos meios de comunicação é outra."



Fabian Thier: "É importante que nosso trabalho seja aferido por alguém. Não sou contra, mas precisamos entender como vamos fazer isso."

Conselho regulatório: caminho possível

Ainda que a proposta de uma maior responsabilização pelo conteúdo publicado não apareça na dianteira da proposta de regulação – o que caberia a um órgão formado para avaliar reportagens denunciativas e sem comprovações e definir medidas de forma mais rápida do que no atual modelo –, os conselhos são peças importantes no processo.

Caberia a essa agência, formada por profissionais e membros da sociedade civil com inegável competência, a responsabili-

dade de avaliar as decisões dos Poderes Executivo e Legislativo, que são as instâncias responsáveis pela autorização de funcionamento de rádios e TVs – para veículos impressos e digitais não há impositivo legal –, como forma de manter o estabelecimento de princípios firmados em leis.

O Brasil possui um Conselho de Comunicação Social vinculado ao Congresso. Ele é composto por treze pessoas. No entanto, está limitado a atribuições consultivas.

Regulação prevista na Constituição Federal

Artigo 54

Define que deputados e senadores não podem ter concessões de serviço público, o que inclui a radiodifusão. E o artigo 55 prevê como punição da perda de mandato quem descumpra o artigo anterior. Entretanto, conforme dados do Projeto Os Donos da Mídia, que são monitorados desde 2002 e publicados na atual formatação desde 2013, com atualização permanentemente conforme relatórios da Anatel, 271 políticos são sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação no Brasil. Nas eleições deste ano, mais de 80% dos candidatos proprietários ou diretores de emissoras de rádio ou TV que se candidataram venceram o pleito.

Artigo 220

Define que não pode haver monopólio ou oligopólio na comunicação social eletrônica. Atualmente, somente a Rede Globo de Comunicações possui aproximadamente 70% do mercado de TV aberta no país.

Artigo 221

Está definido que as produções regionais e independentes devem ser promovidas e com percentuais mínimos nas grades dos canais abertos. Atualmente, 98% de toda produção de TV no Brasil é realizada no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Artigo 223

Define que o sistema de comunicação deve ser dividido entre canais privados, estatais e públicos. A esmagadora maioria, entretanto, é ocupada por canais privados com fins lucrativos. As rádios comunitárias autorizadas operam em frequência inferior a 25 watts; já as emissoras comerciais transmitem em potências superiores a 400 mil watts.

Recomendações da UNESCO

O conselheiro regional de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para o Mercosul e Chile, Guilherme Canela Godoi, destaca avanços na América Latina quanto à garantia, promoção e proteção da liberdade de expressão, incluídas no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, ressalta a necessidade de enfrentamentos de três desafios centrais: o estabelecimento de órgãos reguladores independentes, a regulação adequada da concentração de propriedade e a violência contra jornalistas. “São três questões que continuam em aberto e que precisam ser aprimoradas para a garantia de mais liberdade de expressão e não menos”, frisa.

Canela foi um dos painelistas do *Seminário AJURIS 70 Anos – A Liberdade de Expressão na América Latina*, promovido pela AJURIS, em outubro. Na ocasião, apontou a necessidade do aparelhamento de canais públicos e comunitários. Esses espaços alternativos, que dialogam com segmentos específicos da sociedade, levam em conta suas condições culturais e sociais. “São condição fundamental para garantir a liberdade de pensamento e de expressão”, frisa. Mas isso não é o suficiente. Ele acrescenta que é preciso que haja uma

Canela destaca avanços quanto à garantia da liberdade de expressão.

política de fomento para que esses novos canais sobrevivam e tenham autonomia.

O conselheiro reforça que alguns países já possuem regulação específica sobre os meios de comunicação, como a Argentina, e outros têm capítulos específicos na Constituição Federal, como o Brasil. Mas todos ainda possuem o desafio de aplicar as legislações vigentes e avançar para que se eleve a liberdade de expressão nos meios de comunicação, ainda restrita a uma parcela pequena.

Ele entende ser fundamental do ponto de vista jurídico que haja o entendimento de que a regulação está inserida “no guarda-chuva amplo da liberdade de expressão”. Sem esse entendimento, não se obterá a amplitude necessária para



avancar. Isso é reforçado da ampliação da participação do Poder Judiciário e das cortes internacionais de Justiça na definição das regras do jogo. Os magistrados têm sido chamados a interpretar o arcabouço disponível, já que os parlamentos não têm conseguido acompanhar as transformações com elaboração de legislações específicas.

O modelo argentino

Se a proposta de uma regulação da mídia ganha força no Brasil, já é uma realidade na Argentina desde 2009. A Lei 26.522 de Serviços de Comunicação Audiovisual e Regulamentação da Argentina substituiu a Lei 22.285, de 1980, promulgada pelo então presidente Jorge Videla, durante o Regime Militar. Nesse período, foram formados conglomerados de comunicação, com a liberação de licenças para empresas apoiadoras, como o Clarín.

A nova lei argentina foi além da proposta inicialmente divulgada pelo governo brasileiro, impondo, além da limitação econômica, limites de atuação. A regra tem promovido mudanças no país vizinho. Mas nem todas são positivas, devido a questões de enfrentamento político.

Durante o Seminário AJURIS 70 Anos – A Liberdade de Expressão na América Latina, promovido pela AJURIS, os jornalistas argentinos Martín Becerra, pesquisador dos Sistemas dos Meios de Comunicação e colaborador da lei, e Fabio Ariel Ladetto, presidente do Foro de Periodismo Argentino (FOPEA), traçaram o atual panorama no país. Eles são convictos de que a lei é uma conquista. A legislação permitiu, pela primeira vez, que as decisões sobre liberações de concessões não ficassem exclusivamente com o governo. Isso foi possível graças à criação da Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual (AFSCA). Esse órgão, que reúne membros

da sociedade civil, é responsável por conceder as licenças de radiodifusão.

Entretanto Becerra alerta que boa parte das novas concessões na Argentina atendem aos interesses do atual governo. Em cinco anos, 1.200 licenças foram concedidas - poucas delas ainda estão no ar. Ele acrescenta que, até o momento, o aumento nas produções regionais, determinadas pela lei, em meios audiovisuais, foi pequeno. A concentração permanece em Buenos Aires. “Faltam políticas que permitam o fomento das produções locais, o que dificulta a busca por maior audiência”, frisa. Ladetto também questiona as outorgas concedidas. “Houve decisões desconcertantes, como licenças para grupos que já têm meios de comunicação, o que potencializa os setores concentrados, o que abertamente contradiz a lei”, aponta.



Os jornalistas argentinos Martín Becerra, pesquisador dos Sistemas dos Meios de Comunicação e colaborador da lei, e Fabio Ariel Ladetto, presidente do Foro de Periodismo Argentino (FOPEA), traçaram o atual panorama no país.

Ambos afirmam que a situação na Argentina seria outra, caso não houvesse uma disputa declarada entre a presidente Cristina Kirchner e o Clarín, principal grupo de comunicação do país. Na tentativa de desmembrar o monopólio da empresa opositora, que atua fora do permitido pela legislação, o governo fortalece grupos aliados e faz vistas grossas para outras empresas que igualmente operam

à margem da lei. O Clarín tem reduzido seu poder econômico, vendendo ou transferindo parte das 150 licenças que possui para se enquadrar à lei, mas arrefecido às críticas e denúncias contra a presidente.

“As realizações (da lei) estão limitadas a certos aspectos, como a abertura de sinais locais a povos afastados e algumas licenças entregues a setores relegados da sociedade. No entanto, a maioria das novas empresas de comunicação (estatais e privadas) que obtiveram licenças estão identificadas com o ‘kirchnerismo’, o que pode pôr em risco a proposta de ampliação de vozes a que se propõe formalmente a norma”, declara Becerra.

“ O que diz a Lei 26.522

Um terço do espectro radiofônico deve ser reservado a organizações sem fins lucrativos e inclui medidas a apoiar meios de comunicação para todas as comunidades culturais.

Dispõe de limites para a concentração de propriedade. Nenhuma empresa pode atuar em uma faixa superior de alcance da população superior a 35%.

Uma empresa não pode atuar em canais abertos e por cabo na mesma região.

Exige que as empresas estatais sejam públicas e não governamentais.

Estabelece que a radiodifusão é um serviço público e não de interesse público, como anteriormente. A licença é concedida por dez anos com possibilidade de renovação por outros dez.

SEPTUAGENÁRIA AJURIS

Ícaro Carvalho de Bem Osório*

É celular meu afeto pela nossa Associação, já que dela faço parte desde meu nascimento, na condição de dependente de meu pai, também magistrado. O termo AJURIS sempre soou positivamente na minha mente, vendo todos falarem nela com orgulho.

Com o avanço do tempo pude testemunhar sua grandeza, em especial pela plêiade de associados que nela investiram seu precioso tempo. A estrutura montada vai desde uma Sede Campestre até um plano de saúde, entre tantos outros benefícios que deixa ao alcance de seus associados e dependentes. O amparo é amplo, não esquecendo dos magistrados aposentados e das pensionistas, que desfrutam da logística associativa para levar ao cabo suas necessidades.

*É celular meu afeto pela
nossa Associação, a AJURIS.*



Enfim, chegar aos 70 anos de existência com uma posição de vanguarda na órbita nacional por seus posicionamentos e atitudes, é plena demonstração de maturidade e de organização, próprias do povo gaúcho, o que é um diferencial.

Comemoremos, pois.

Publicado no Jornal do Comércio no dia 14 de agosto

** Presidente do Conselho Deliberativo da AJURIS*

**NOVIDADES
QUE MOVEM
A SUA VIDA
QUE MOVEM
A GENTE.**

**M-Banking Banrisul:
o aplicativo que facilita a sua vida
ficou ainda mais completo.**

Agora, você que possui dispositivos móveis (celular, smartphone e tablet), com plataformas Android, iOS ou Windows Phone tem mais praticidade.

- Realize pagamentos, investimentos e transferências
- Leia códigos de barras pela câmera do celular
- Encontre a agência mais próxima através de GPS
- Mais recursos, mais agilidade

MobileBanking

Banrisul
Evolução sempre com você.

DEMOCRACIA

Luta pela consolidação da democracia marca as ações da Associação

Na era do terrorismo, do atentado ao World Trade Center e também da confirmação da globalização e da Internet como fenômenos sociais, econômicos e culturais, a AJURIS enfrentou turbulências que afetavam a Magistratura brasileira. Os anos 2000 foram marcados por defesas marcantes de assuntos de interesses do Poder Judiciário e sociedade em geral. Um exemplo foi o combate ao projeto conhecido como Lei da Mordada, que incluía no texto da reforma constitucional dispositivo que proibia o juiz de revelar informações obtidas no exercício do cargo, que pudessem violar o sigilo legal ou a intimidade e a honra de pessoas.

Para subsidiar a Reforma do Judiciário, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) havia sido instalada no Congresso Nacional, capitaneada pelo então presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães. O presidente da Associação, Luiz Felipe Silveira Difini, teve como um dos primeiros desafios de sua gestão o combate efetivo ao projeto.

A AJURIS promoveu um ato público em Porto Alegre. Daquele ato, participaram autoridades estaduais e federais, entre elas, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Roberto da Costa Leite. A mobilização, também abraçada pelo Ministério Público, surtiu efeito. Um mês depois, a Câmara derrubou a proposta.

Ainda em 2000, a AJURIS inaugurou a Cooperativa de Crédito vinculada ao sistema Sicredi, para atender às necessidades dos associados. Atualmente, Salvador Horácio Vizzotto, Nelo Ricardo Presser e Gilberto Niederauer Corrêa, estão à frente da Sicredi AJURIS.

A Associação auxiliou no caminho pela democratização do Judiciário, ao obter no TJ/RS a garantia da abertura das sessões administrativas para o acesso aos juízes em

geral e aos cidadãos. Conquistou, também, a criação do cargo de secretário de pretor e atuou firmemente na defesa da observância do critério de antiguidade nas convocações de juízes para o Tribunal de Justiça e na designação de juízes eleitorais.

Em projeto desde 1999, a Pinacoteca da AJURIS ganhou em 2002 seu espaço físico, situado na Escola Superior da Magistratura (ESM).

Em 2003, a AJURIS atuou nacionalmente com intenso acompanhamento das atividades legislativas acerca da reforma da Previdência, para o qual produziu uma publicação intitulada “Previdência ou Imprevidência”, distribuída aos parlamentares. A área de comunicação da entidade ganhou impulso com a ampliação do Boletim, que passou a ser publicado no formato tabloide; a conquista de uma coluna permanente no Jornal do Comércio; e o programa de televisão Sala de Audiência, que atualmente é veiculado na Radioweb AJURIS.

A AJURIS, por intermédio do seu Departamento de Cidadania, integrou a organização da Conferência Estadual de Direitos Humanos e o Comitê Estadual de Organização do Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre em janeiro de 2001. No evento mundial, a Associação promoveu uma oficina que teve a participação do sociólogo Boaventura de Souza Santos. Paralelamente, promoveu o Fórum Mundial de Juízes (2001), que teve a participação do juiz espanhol Baltasar Garzón, além de magistrados de diversos países, e tratou do tema da democratização e independência do Judiciário. A Associação participaria também das edições seguintes do FSM em Porto Alegre, nos anos de 2002, 2003 e 2005.

Em 2002 e 2003, quem presidiu a AJURIS foi José Aquino Flôres de Camargo, atual presidente do TJ/RS. De acordo com o livro de Gunter Axt, a gestão de Aquino enfrentou “um dos períodos mais envoltos da história pós-constitucional para o Judiciário”. Com o processo eleitoral em curso no país, em 2002, as reformas que tramitavam no Congresso Nacional perderam o vigor – porém, após nove anos entre a Câmara e o Senado, e tendo incorporado muitas das reivindicações dos juízes, o texto já não representava a ameaça que significou inicialmente. Substituiu essa tensão, entretanto, o enfrentamento que a direção da Associação teve com a presidência do TJ/RS, acerca da reposição vencimental e da reivindicação de participação da entidade na elaboração do orçamento do Judiciário. A AJURIS também era crítica à posição do COMAG, que negava a inamovibilidade aos pretores.

Em 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República, foram retomados os projetos de reforma da Previdência e do Judiciário. A AJURIS reagiu ao projeto de reforma da Previdência, liderando uma articulação com diversas entidades de funcionários públicos. Desse movimento, foi criada a União Gaúcha em Defesa da Previdência Social Pública. A Presidência da Associação criticou com veemência o Governo Federal.

Os juízes gaúchos lutaram tenazmente contra as reformas constitucionais, que eram prejudiciais ao serviço público e as que visavam tolher a independência do Judiciário, relata Gunter Axt. Uma conquista, porém, veio para antiga reivindicação da AJURIS: a determinação para eleição de 50% do Órgão Especial dos Tribunais Plenos. O TJ/RS foi o primeiro a adaptar-se a essa orientação, em 2005.

Ainda em 2003, a AJURIS inaugurou sua sede administrativa própria. O prédio, na rua Celeste Gobbato, nº 81, em Porto Alegre, vizinho do Foro Central de Porto Alegre e do Tribunal de Justiça. No campo social, foi criado o Projeto AJURIS Comunidade, que realizou palestras dedicadas à população sobre o funcionamento do Judiciário. Em 2004, foi criado também o Prêmio AJURIS de Direitos Humanos.

O aprofundamento sobre as questões da cidadania foi sendo cada vez mais valorizado, incorporado às práticas da Associação. Por sua história de lutas, coragem, proposições e projetos inovadores, a AJURIS consagrou-se durante a década de 2000 como a vanguarda das entidades de classe da Magistratura, com forte destaque no cenário nacional.



O reconhecimento da condição de vanguardista da AJURIS fez com que três juízes tenham sido eleitos presidentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Atualmente João Ricardo dos Santos Costa preside a Associação, que também já foi conduzida por Cláudio Baldino Maciel (2002-2004) e Milton Martins (1986-1987).

ATUALIDADE

Lutas corporativas e sociais marcam ações da AJURIS nos dias atuais

Do passado ao presente, a história mostra uma Associação jovem e com bandeiras atuais que confirmam os propósitos dos fundadores, que contempla as ações dos dirigentes de décadas passadas e que mantém vigilância sobre temas de interesse do Poder Judiciário e da sociedade. A atual década é marcada por uma série de conquistas e pleitos.

Em 2010 e 2011, a AJURIS dedicou-se à questão da remuneração dos magistrados. João Ricardo dos Santos Costa, presidente da Associação no período, precisou enfrentar a mídia e o Legislativo gaúcho, que se opunham ao reajuste para o Judiciário.

A questão das isenções fiscais e da Justiça fiscal entraram em pauta em 2011. Em parceria com outras entidades, a AJURIS lançou um movimento pela transparência nas isenções tributárias.

Em 2012, determinada a contribuir para a retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, a AJU-

RIS encarou fortemente a questão da renegociação da dívida do Estado com a União e desempenha papel atuante na campanha Dívida do RS: Vamos passar a limpo essa conta!

A defesa dos Direitos Humanos e a preocupação com a crise no sistema prisional gaúcho, temas que já haviam ingressado nas preocupações da Associação, se mantêm na pauta. Em 2012, foi criado o Observatório Contra a Homofobia, iniciativa integrada pela AJURIS, que reúne onze entidades governamentais e da sociedade civil em defesa da diversidade sexual. O Observatório tem caráter de monitoramento da violência e do preconceito e atu-



Em um ato político realizado em março, a AJURIS reforçou o pedido ao Tribunal de Justiça do RS, de alteração no Regimento Interno do órgão, para que sejam instituídas eleições diretas ao Poder Judiciário.

ação política junto às instâncias públicas responsáveis pelo acolhimento de denúncias sobre atos homofóbicos. Em conjunto com outras entidades da sociedade civil, em 2012, a Associação formou o Fórum da Questão Penitenciária, em busca de uma solução para a situação do Presídio Central de Porto Alegre. O grupo denunciou o caso do complexo prisional à Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em janeiro de 2013, o Fórum remeteu à CIDH pedido de outorga de vinte medidas cautelares a serem impostas ao governo brasileiro para tutelar e prevenir novas ofensas aos direitos à vida, à integridade pessoal, às garantias judiciais e ao devido processo, seguindo os padrões interamericanos.

A onda de manifestações sociais que marcaram o Brasil, especialmente a partir do mês de junho de 2013, motivou a realização do *Seminário República: Os Impasses da Democracia Brasileira*. O evento foi realizado em parceria com o Governo do Estado, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça.

A AJURIS integra ainda o Conselho Estadual de Direitos Humanos, recentemente criado pelo Governo do Esta-

do. Rute dos Santos Rossato, diretora do Departamento de Comunicação, é a titular na vaga da AJURIS, que tem como suplente o diretor do Departamento de Direitos Humanos, Mauro Evelyn Vieira de Borba.

Uma luta permanente que move a AJURIS é a valorização profissional. Em busca da equiparação com os subsídios da Magistratura brasileira, a Associação protocolou na Assembleia Legislativa, em 2013, o Projeto de Lei 218, que trata da redução da diferença entre as entrâncias de 10% para 5% e ainda em tramitação.

No âmbito federal, a AJURIS também atua fortemente pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 63/2013, que tramita no Senado. A PEC restabelece o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), estendendo-o a aposentados e pensionistas.

Passadas sete décadas desde a sua criação, a AJURIS segue atuando, ininterruptamente, atenta às necessidades humanas e transformações sociais. Colabora com formulações, atividades e proposições que a afirmam como uma entidade de vanguarda na Magistratura gaúcha e nacional.



Uma grande mobilização dos estados, que incluiu a presença de governadores, deputados, e entidades representativas, dentre elas a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, resultou na aprovação por 63 votos, à unanimidade, pelo Plenário do Senado Federal do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 99/2013, que altera o indexador da dívida dos Estados com a União, em novembro.

O parecer do senador Luiz Henrique Silveira (PMDB/SC) foi favorável e aprovado em sessão conjunta das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), no dia 9 de abril deste ano. O texto aprovado é retroativo a janeiro de 2013, e prevê a troca do indexador da dívida renegociada com a União em 1997, do IGP-DI, mais 6% ao ano para IPCA mais 4% (ou Selic).

AJURIS: PASSADO E FUTURO

*Eugênio Couto Terra**

Há exatos 70 anos, nesta mesma data, um grupo de 15 magistrados reuniu-se no Fórum de Porto Alegre, na sala do tribunal do júri, para criar “uma sociedade de magistrados sulriograndenses”. Nascia a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul – AJURIS.

Desde lá, o mundo transformou-se e evoluiu. A Magistratura também. A AJURIS teve importante participação nesse processo evolutivo, tanto em nível nacional como no âmbito de nosso Estado.

Contribuiu de forma decisiva para uma maior democratização do Poder Judiciário, fomentando o diálogo entre o primeiro e o segundo grau de jurisdição. No RS, de forma vanguardista, influuiu de forma incisiva para que a eleição da mesa diretora do Tribunal de Justiça não mais ficasse restrita somente aos cinco desembargadores mais antigos. Representou um avanço que veio em claro benefício da sociedade. Permitiu que os vocacionados e mais preparados para administrar candidatem-se aos cargos diretivos do Poder.

Segue-se, de forma perseverante, na busca da plenitude de democracia no Judiciário. Tramita no TJ/RS, por iniciativa da AJURIS, postulação para a ampliação do colégio eleitoral dos dirigentes do tribunal, com a finalidade de que o direito de escolha alcance toda a magistratura, garantindo-se aos integrantes do primeiro grau o direito de voto. E chegaremos lá. É só uma questão de tempo e persistência.

O mundo transformou-se e evoluiu. A Magistratura também. E a AJURIS teve importante participação nesse processo evolutivo, em nível nacional e estadual.

Externamente, a interação com a sociedade traduz o compromisso de promover uma maior compreensão da atividade do magistrado, bem como discutir e propor alternativas para problemas da sociedade. E os exemplos são vários: diálogo permanente com a imprensa; ações para promoção da dignidade humana, como a atenção às condições de encarceramento no sistema prisional; parceria com ONGs para dar maior efetividade às medidas de proteção da Lei Maria da Penha; apoiar a inclusão social e a luta contra qualquer forma de discriminação.

A AJURIS, nos próximos 70 anos, seguirá uma referência, pois além de voltada para defesa da Magistratura, tem olhos para a sociedade.

Publicado nos jornais Zero Hora e Pioneiro no dia 11 de agosto

** Presidente da AJURIS*

Homenagem surpresa no Coquetel do Departamento de Pensionistas

Mais de 200 pessoas participaram do Coquetel de Encerramento do Ano do Departamento de Pensionistas, que foi realizado no Palácio da Justiça, no dia 27 de novembro. O momento mais emocionante foi a homenagem surpresa da AJURIS a Eneida Terezinha Barbosa, diretora do Departamento desde a sua fundação.

O vice-presidente Administrativo da Associação, Gilberto Schäfer, entregou a Eneida uma placa por sua dedicação a AJURIS, especialmente às pensionistas. “Dona Eneida, queremos lhe prestar uma especial homenagem, nestes 70 anos da AJURIS, pelo trabalho abnegado, alegre, persistente que a senhora tem realizado na nossa Associação”, frisou o magistrado. Surpresa e emocionada, a diretora do Departamento das Pensionistas agradeceu o reconhecimento e lembrou do carinho que sente pela Associação e por seus associados. “A AJURIS é a minha família. Eu, aos 82 anos, posso dizer, considero todos meus filhos queridos. E a AJURIS é a minha segunda casa”, afirmou, agradecida.

O presidente do TJ/RS, José Aquino Flores de Camargo, o 3º vice-presidente, Francisco José Moesch, o juiz-diretor do Foro de Porto Alegre, Nilton Tavares da Silva, e a vice-presidente



Cultural da AJURIS, Jane Maria Kohler Vidal, estiveram entre os presentes. Os ex-presidentes da Associação Milton dos Santos Martins, Guinther Spode, Cláudio Baldino Maciel e Denise Oliveira Cezar também participaram do evento.

AJURIS COMEMORA 70 ANOS

Rute dos Santos Rossato *

A AJURIS, Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, está comemorando 70 de anos de fundação. Em 11 de agosto de 1944, 15 magistrados se uniram para criar a primeira associação de Magistrados do Brasil. No início, o espírito associativo estava voltado à melhoria das condições de trabalho dos juizes, que, na época, enfrentavam uma série de problemas. As exigências para a investidura no cargo eram muitas. Do juiz se exigia, além do saber jurídico, erudição, conduta ilibada, discrição e abnegação, atributos que conferiam credibilidade para o exercício da Magistratura. Em contrapartida, as condições de trabalho eram precárias: iniciavam a carreira em Comarcas longínquas, sem infraestrutura, com péssimas condições de transporte e comunicação, e com remuneração módica, incompatível com as exigências da dignidade da função. Para fazer frente a essa situação, os fundadores procuraram flexibilizar as rígidas normas hierárquicas e apresentaram suas reivindicações, inaugurando uma nova forma de se relacionar a Administração do Tribunal, que até então era formal e burocrática.

A partir da afirmação do grupo como entidade de classe, a AJURIS passou a promover atividades sociais e culturais visando à integração dos associados, e incluiu em seus serviços a prestação de assistência aos magistrados e familiares, que tanto poderia vir em forma de remessa de coletânea de jurisprudência em apoio à jurisdição como assistência à saúde.

A partir de um determinado momento, a AJURIS, além da tarefa de defender as prerrogativas da Magistratura, deu início a um novo agir, tomando para si o papel de estabelecer a interlocução entre os juizes do Rio Grande do Sul e os demais Poderes, Instituições e a Sociedade Civil. Sem se descuidar das questões corporativas, se projetou muito além dos interesses de classe, participando dos grandes debates nacionais, preocupando-se com a construção de uma democracia plena, que respeitasse os princípios de igualdade e justiça social.

Em meados da década de 80, os magistrados gaúchos participaram ativamente da Comissão de Elaboração de Subsídios à Constituinte. Foi um trabalho intenso de discussão resultando em 75 propostas que foram encaminhadas aos deputados constituintes, muitas aprovadas. As principais preocupações eram a autonomia e independência do Judiciário, como mecanismo indispensável ao enfrentamento da ditadura e retomada da democracia. Mas não só isso. Foram encaminhadas também sugestões relacionadas à Ordem Econômica e Social e aos Direitos e Garantias Individuais e Coletivos.

Essa página da história da AJURIS é motivo de orgulho para todos nós e certamente serviu de exemplo aos demais gestores que souberam se pautar por esse protagonismo social que permeou diversas administrações.

Em passado mais recente, a entidade assumiu a Presidência da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social, participou do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do RS, liderou o movimento pela transparência dos benefícios fiscais e organizou seminário sobre a Liberdade de Imprensa, só para citar alguns exemplos de ativismo social.

Na última gestão, a AJURIS integrou movimento que pautou a discussão sobre a dívida pública do Estado. Em parceria com outras instituições, lançou a campanha "Vamos passar a limpo essa conta!".

Outra iniciativa de extrema relevância para a sociedade foi a representação à OEA (Organização dos Estados Americanos), denunciando as condições desumanas no Presídio Central. A medida foi tomada como forma de defesa da sociedade, já que o presídio, da forma como se encontra, é solo fértil para a reprodução da violência e multiplicação da criminalidade ao invés de cumprir o seu papel ressocializador.

Em setembro passado, realizou o *Seminário República*, com o intuito de compreender a voz das ruas e provocar uma reflexão sobre o papel de cada um dos agentes políticos. Temas como o pacto federativo, reforma política e separação entre os poderes foram debatidos no evento com representantes do Executivo, Legislativo, Judiciário e outras entidades públicas e privadas.

Sabemos que a atribuição precípua dos juizes é a distribuição da Justiça. Precisamos encontrar meios de dar vazão à demanda reprimida, adotando estratégias que passam pela modernização da estrutura e monitoramento de ações de massa. Entretanto, a AJURIS, por ser o braço político da Magistratura do Rio Grande do Sul, não se descuida de seu papel catalisador na busca de soluções para os graves problemas sociais.

Ao celebrarmos os setenta anos, a associação de juizes mais antiga do Brasil se sente orgulhosa de seu passado ao mesmo tempo em que reafirma o compromisso de continuar o trabalho associativo atenta aos novos desafios que se apresentarem e perseverar na busca de uma sociedade mais democrática, igualitária e pluralista.

Publicado no jornal Gazeta do Sul no dia 11 de agosto

RADIOWEB

Programas radiofônicos registram história da Associação



O projeto AJURIS em sete décadas, coordenado pelo Departamento de Comunicação e veiculado pela Radioweb, integrou as celebrações dos 70 anos, comemorados no dia 11 de agosto, com uma série de especiais sobre a história da instituição: minidocumentários com ex-presidentes do Conselho Executivo, entrevistas com ex-presidentes do Conselho Deliberativo e spots sobre fatos marcantes. O material reúne informações sobre fatos históricos da Magistratura gaúcha.

Um programa com a participação do atual presidente, Eugênio Couto Terra, e dos integrantes do Núcleo de Resgate Histórico Felipe Rauen e Jasson Ayres Torres, em 31 de julho de 2014, marcou o início da transmissão. Na sequência, durante o mês de agosto, foram veiculados minidocumentários com quatorze ex-presidentes: Milton dos Santos Martins (1981/1982 e 1983/1984), Ivo Gabriel da Cunha (1986/1987), Elvío Schuch Pinto (1990/1991), Marco Antônio Barbosa Leal (1992/1993), Guinther Spode (1994/1995), Cláudio Baldino Maciel (1996/1997), Antonio Guilherme Tanger Jardim (1998/1999), Luiz Felipe Silveira Difini (2000/2001), José Aquino Flôres de Camargo (2002/2003), Carlos Rafael dos Santos Júnior (2004/2005), Denise Oliveira Cezar (2006/2007), Carlos Cini Marchionatti (2008/2009), João Ricardo dos Santos Costa (2010/2011) e Pio Giovani Dresch (2012/2013).

A programação também incluiu o especial *Cultura AJURIS* com os vencedores da Gincana Cultural, promovida pela Vice-Presidência Cultural com o objetivo de envolver os associados na celebração. Participaram a primeira colocada, Vera Lúcia Deboni; o segundo colocado, Ícaro Carvalho de Bem Osório; o terceiro, Felipe Rauen; e a quarta, Mirtes Blum. Os especiais foram produzidos e apresentados por: Grasiela Duarte, Eduardo Prates, Rodrigo Borba e Cristófer de Mattos.

Também foram veiculados programas sobre o Departamento de Pensionistas, com a diretora Eneida Terezinha Barbosa, e sobre a Cooperativa Sicredi/AJURIS, com os ex-presidentes Guinther Spode e Pedro Luiz Pozza, e com o atual, Salvador Horácio Vizzotto.

Outro especial veiculado foi o AJURIS 70 anos, que destacou o seminário homônimo, promovido no dia 23 de outubro, que debateu *A Liberdade de Expressão na América Latina*. A edição incluiu entrevista com o presidente do Foro de Periodismo Argentino (Fopea), Fabio Ariel Ladetto, e participação, com depoimentos, do assessor regional de Comunicação e Informação da Unesco para o Mercosul e Chile, Guilherme Canela Godoi, do jornalista Martín Becerra, professor universitário, pesquisador dos Sistemas dos Meios de Comunicação, que participou da formulação da lei, palestrantes do evento.



Novas atrações na programação

Em 2014, a Radioweb AJURIS completou cinco anos de existência. Além de transmitir o tradicional programa Sala de Audiência e o especial AJURIS em sete décadas, o veículo incluiu novas atrações na grade: o Jornal da AJURIS, com a participação da Presidência sobre fatos de interesse da Magistratura, e o Juízes em Ação, sobre projetos e atividades desenvolvidos por magistrados em prol de interesses da sociedade. Também foi incluído o momento Direito e Família, produzido em parceria da AJURIS com o IBDFAM.

“Memorial da AJURIS reúne itens de resgate histórico.

A data de celebração dos 70 anos da AJURIS, 11 de agosto, neste 2014 caiu numa segunda-feira, e foi marcada com um brinde festivo, que reuniu associados na sede administrativa. Uma programação especial marcou a festividade que contou com a inclusão do nome de Pio Giovani Dresch no painel dos ex-presidentes, com a inauguração da nova sala de reuniões e do espaço do Memorial AJURIS.

O espaço remodelado no 5º andar passou a abrigar o Memorial AJURIS, idealizado pelo Núcleo de Resgate Histórico da Associação. Visando a permitir o acesso a diversos documentos e imagens sobre fatos marcantes da instituição, o espaço conta com uma vitrine e com um totem. No local, é possível visualizar os primeiros boletins informativos da Associação, as fotos das primeiras instalações, além de aces-

sar em um computador com tela touchscreen os materiais reunidos pelo Núcleo no site.

A sala de reuniões foi remodelada para adequar-se às necessidades de acesso a meios eletrônicos e mídias. O local ganhou um painel móvel para uma TV de 60 polegadas, doada pela Cooperativa Sicredi AJURIS e um notebook. As mesas foram reformadas e passaram a contar com tomadas para carregadores de notebooks e celulares, além de acesso à rede de Internet e ao wi-fi.

O quadro onde constam os nomes dos ex-presidentes também foi restaurado passando a ocupar local de destaque.



SOCIAL & CULTURA

Tradicional celebração reúne magistrados e autoridades



Os 70 anos da AJURIS foram celebrados com a realização do tradicional baile de aniversário. A confraternização aconteceu no dia 15 de agosto na Associação Leopoldina Juvenil e reuniu autoridades, associados e familiares.

Quadros dos ex-presidentes e totens com resgate histórico para recordar os momentos importantes da Associação fizeram parte da decoração do evento, que foi cuidadosamente planejado pela Vice-Presidência Social e pela Diretoria Social, a cargo respectivamente da juíza Geneci Ribeiro de Campos e do desembargador aposentado, Ângelo Maraninchi Giannakos. A trilha sonora do evento ficou por conta da banda Melody e do DJ Chaléco.

Durante o baile, foram realizadas homenagens aos ex-presidentes e a entrega de placas aos magistrados e familiares de presidentes já falecidos, conduzida pelo presidente da AJURIS, Eugênio Couto Terra, acompanhado do presidente do Conselho Deliberativo, Ícaro Carvalho de Bem Osório, dos vice-presidentes Social, Geneci Ribeiro de Campos; Administrativo, Gilberto Schäfer; de Patrimônio e Finanças, Jocelaine Teixeira; Cultural, Jane Maria Köhler Vidal; e do diretor do Departamento Social, Ângelo Maraninchi Giannakos.

Após o evento, os desembargadores Marco Antônio Barbosa Leal, Antônio Guilherme Tanger Jardim e Carlos Cini Marchionatti, também receberam as placas. E a homenagem ao desembargador Sebastião Adroaldo Pereira foi entregue ao seu filho Marcelo Bandeira Pereira.

Confira a lista de homenageados:

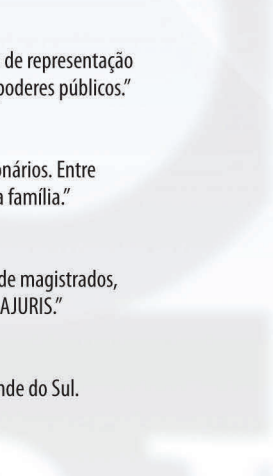
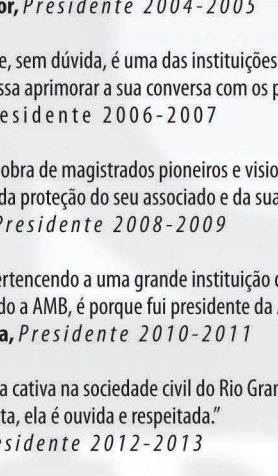
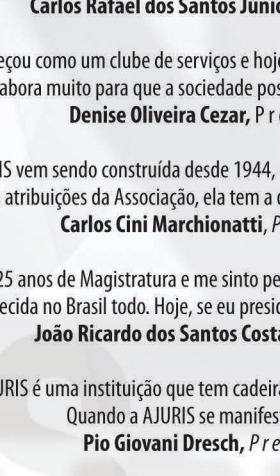
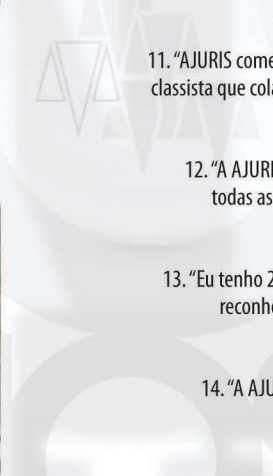
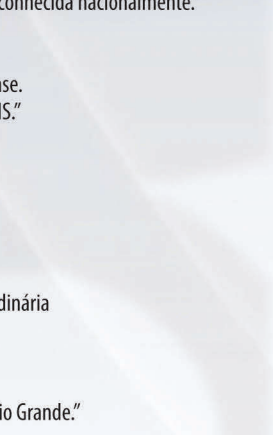
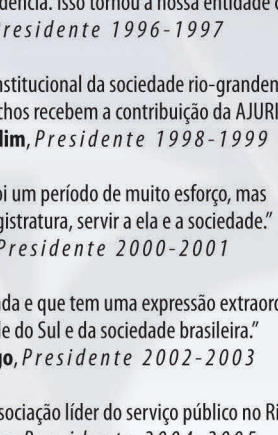
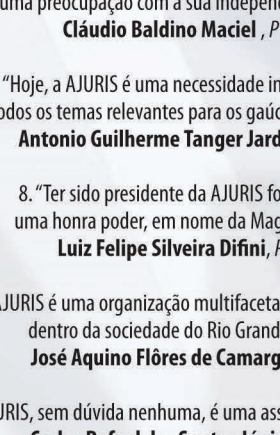
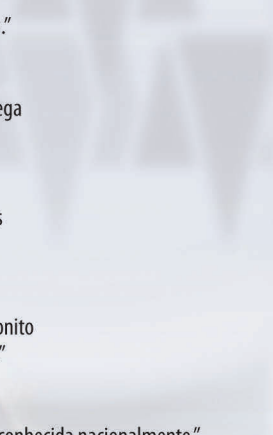
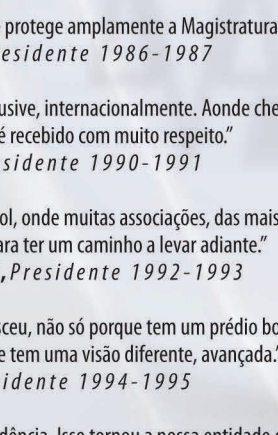
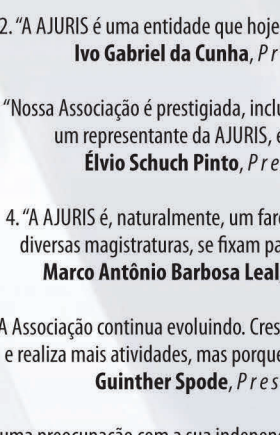
Senhora Eva Rosa, esposa do Des. Mário Boa Nova Rosa; Desembargadora Maria Berenice Dias, filha e a Sra. Denise Dias Freire, neta do Des. César Dias Filho; Senhora Zaira de Oliveira, filha do Des. José Danton de Oliveira; Senhora Déa Zechir, filha do Des. Bonorino Butelli; Senhora Joseana Barison, filha do Des. José Barison; Desembargador Milton dos Santos Martins; Senhora Maria Helena Silva, esposa do Des. Sérgio Pilla da Silva; Desembargador Ivo Gabriel da Cunha; Senhora Eliza Stefanello, esposa do Des. Osvaldo Stefanello; Senhora Nira Pinto, neta do Des. Elvío Schuch Pinto; Desembargador Guinther Spode; Desembargador Cláudio Baldino Maciel; Desembargador Luiz Felipe Silveira Difini; Desembargador José Aquino Flôres de Camargo; Desembargador Carlos Rafael dos Santos Junior; Desembargadora Denise Oliveira Cezar; Juiz de Direito João Ricardo dos Santos Costa; Juiz de Direito Pio Giovani Dresch.



Liga de futebol homenageia Associação

Em comemoração aos seus 70 anos, a AJURIS promoveu a Liga Integração Ajuris 70 Anos. O campeonato de futebol contou com a participação de mais cinco entidades: OAB/RS, ASDEP, ADPERGS, APERGS e AMP. As partidas foram realizadas uma vez por mês na Sede Campestre da Associação com início em abril e o encerramento em outubro.

A grande campeã foi a equipe da OAB/RS, que, ao longo do campeonato, venceu cinco partidas e empatou apenas uma. Além de comemorar as sete décadas da AJURIS, o campeonato buscou estreitar as relações institucionais entre as entidades.



PALAVRA DE PRESIDENTE

1. "A gestão na AJURIS foi muito feliz para mim. Tudo o que fizemos pelos colegas e pela Magistratura foi uma satisfação."

Milton dos Santos Martins, *Presidente 1981-1984*

2. "A AJURIS é uma entidade que hoje protege amplamente a Magistratura."

Ivo Gabriel da Cunha, *Presidente 1986-1987*

3. "Nossa Associação é prestigiada, inclusive, internacionalmente. Aonde chega um representante da AJURIS, é recebido com muito respeito."

Elvio Schuch Pinto, *Presidente 1990-1991*

4. "A AJURIS é, naturalmente, um farol, onde muitas associações, das mais diversas magistraturas, se fixam para ter um caminho a levar adiante."

Marco Antônio Barbosa Leal, *Presidente 1992-1993*

5. "A Associação continua evoluindo. Cresceu, não só porque tem um prédio bonito e realiza mais atividades, mas porque tem uma visão diferente, avançada."

Guinther Spode, *Presidente 1994-1995*

6. "A AJURIS sempre teve uma preocupação com a sua independência. Isso tornou a nossa entidade conhecida nacionalmente."

Cláudio Baldino Maciel, *Presidente 1996-1997*

7. "Hoje, a AJURIS é uma necessidade institucional da sociedade rio-grandense. Todos os temas relevantes para os gaúchos recebem a contribuição da AJURIS."

Antonio Guilherme Tanger Jardim, *Presidente 1998-1999*

8. "Ter sido presidente da AJURIS foi um período de muito esforço, mas uma honra poder, em nome da Magistratura, servir a ela e a sociedade."

Luiz Felipe Silveira Difini, *Presidente 2000-2001*

9. A AJURIS é uma organização multifacetada e que tem uma expressão extraordinária dentro da sociedade do Rio Grande do Sul e da sociedade brasileira."

José Aquino Flôres de Camargo, *Presidente 2002-2003*

10. "A AJURIS, sem dúvida nenhuma, é uma associação líder do serviço público no Rio Grande."

Carlos Rafael dos Santos Júnior, *Presidente 2004-2005*

11. "AJURIS começou como um clube de serviços e hoje, sem dúvida, é uma das instituições de representação classista que colabora muito para que a sociedade possa aprimorar a sua conversa com os poderes públicos."

Denise Oliveira Cezar, *Presidente 2006-2007*

12. "A AJURIS vem sendo construída desde 1944, obra de magistrados pioneiros e visionários. Entre todas as atribuições da Associação, ela tem a da proteção do seu associado e da sua família."

Carlos Cini Marchionatti, *Presidente 2008-2009*

13. "Eu tenho 25 anos de Magistratura e me sinto pertencendo a uma grande instituição de magistrados, reconhecida no Brasil todo. Hoje, se eu presido a AMB, é porque fui presidente da AJURIS."

João Ricardo dos Santos Costa, *Presidente 2010-2011*

14. "A AJURIS é uma instituição que tem cadeira cativa na sociedade civil do Rio Grande do Sul. Quando a AJURIS se manifesta, ela é ouvida e respeitada."

Pio Giovanni Dresch, *Presidente 2012-2013*